

Bem-vindos à nossa sexta aula do curso de Teologia Sistemática, disciplina de Cristologia. Hoje veremos como a Igreja se posicionou acerca de alguns equívocos propostos para explicar a Cristologia apresentada nas Sagradas Escrituras.

Para isso, analisaremos a definição de Calcedônia, que representa o melhor apontamento acerca da cristologia da igreja. Esta é o resultado dos debates e reflexões de representantes de cristologias distintas. Após debates, os equívocos foram rejeitados e a igreja se posicionou.

É importante notar que não há nada de novo nas propostas cristológicas modernas. Tudo já foi rejeitado pela igreja, que já se posicionou. Quando a discussão gira em torno de textos isolados sobre a plena divindade e humanidade de Cristo, o debate é importante. Mas a cristologia da igreja já tem uma definição estabelecida.

Vamos analisar a definição de Calcedônia, de 451 d.C.:

"Fiéis aos Santos Pais, todos nós, perfeitamente unânimes, ensinamos que se deve confessar um só e mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, perfeito quanto à divindade, e perfeito quanto à humanidade; verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, constando de alma racional e de corpo, consubstancial com o Pai, segundo a divindade, e consubstancial a nós, segundo a humanidade; em tudo semelhante a nós, excetuando o pecado."

Observem como estes apontamentos refutam os equívocos que vimos na aula anterior:

- "Perfeito quanto à divindade e perfeito quanto à humanidade" - refuta a ideia de que Cristo teria apenas uma natureza.
- "Constando de alma racional e de corpo" - refuta a noção de que Cristo não teria mente ou alma humana.
- "Consubstancial com o Pai, segundo a divindade, e consubstancial a nós, segundo a humanidade" - afirma que em sua divindade, Jesus era idêntico ao Pai, e em sua humanidade, era plenamente humano como nós.

A definição continua:

"Gerado segundo a divindade pelo Pai antes de todos os séculos, e nesses últimos dias, segundo a humanidade, por nós e para nossa salvação, nascido da Virgem Maria, Mãe de Deus; um e só mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, que se deve confessar em duas naturezas, inconfundíveis, imutáveis, indivisíveis, inseparáveis."

Aqui temos termos teológicos cruciais que servem de parâmetro para nossa análise:

- **Inconfundíveis** - uma natureza não absorve a outra
- **Imutáveis** - as naturezas não se alteram
- **Indivisíveis** - não podem ser separadas
- **Inseparáveis** - sempre unidas na pessoa de Cristo

Estes termos refutam completamente os equívocos propostos. É fundamental que nossos seminários, denominações e pregações apresentem este tipo de cristologia elevada.

A definição prossegue:

"A distinção de naturezas, de modo algum, é anulada pela união. Antes é preservada a propriedade de cada natureza, concorrendo para formar uma só pessoa e em uma subsistência; não separado nem dividido em duas pessoas, mas um só e o mesmo Filho, o Unigênito, Verbo de Deus, o Senhor Jesus Cristo."

Esta é a melhor definição que temos de como deve ser nossa Cristologia. Ela serve como base para julgar outras propostas cristológicas. Se um texto ou escola não estiver de acordo com esta definição, deve-se ter cautela.

A Cristologia nos atrai porque trata de Cristo, nosso Senhor e maior tesouro. Por isso os debates são mais acalorados - estamos falando daquele que é nosso tudo. Sem Cristo, a igreja deixa de ser igreja.

Ter uma boa base cristológica evita o pecado de apresentar uma visão de Cristo que não esteja de acordo com as Escrituras. As consequências teológicas desta definição são:

1. Cristo foi um ser humano real, com sofrimentos reais, que conquistou algo real em nosso favor.
2. Por ser Deus, ele pode se colocar como garantidor da perfeição de sua obra.
3. Seu discurso não apresenta dúvidas, pois fala com a autoridade de Deus.

Wayne Grudem resume bem: "Permanecendo o que era, tornou-se o que não era." Jesus não deixou sua divindade ao se tornar homem, mas assumiu a humanidade que antes não lhe pertencia.

As implicações teológicas disso são:

1. Cristo realizou obra perfeita porque foi homem perfeito e Deus perfeito.
2. Sua natureza divina confere dignidade para ser cultuado - sem isso, seria idolatria.
3. Sua natureza humana, unida à divina, obteve incapacidade de pecar.

Na próxima aula, continuaremos refletindo sobre as consequências teológicas da natureza divina e humana de nosso Salvador.